



A EDUCAÇÃO EM PRISÕES COMO POLÍTICA PÚBLICA: ANÁLISE DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE E DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES DA BAHIA (2014–2024)

Rose Mary Alves Costa¹

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA/UNEB). Professora da EJA no sistema prisional na Rede Estadual de Educação. E-mail: rmalvescosta.adv@gmail.com.

**EIXO TEMÁTICO: 4 – EJA E DIREITOS HUMANOS E EJA EM
CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

RESUMO

A educação em prisões constitui um dos campos mais complexos e paradoxais das políticas públicas brasileiras contemporâneas. Embora reconhecida constitucionalmente como direito humano fundamental e dever indeclinável do Estado, sua efetivação se dá em contextos historicamente marcados por necropolítica institucional, seletividade penal e violação sistemática de direitos. No interior das prisões, a escola adquire um papel ambíguo: ora apresentada como promessa de ressocialização, ora reduzida a instrumento disciplinar.

Este trabalho apresenta parte da pesquisa desenvolvida na dissertação “Análise Crítica dos Planos Estaduais de Educação em Prisões da Bahia (2015–2019/2021–2024) e sua relação com o Plano Nacional de Educação (2014–2024)”, vinculada ao PPGEJA/UNEB. O estudo investiga como os documentos oficiais — o PNE e os dois PEEPs baianos — expressam concepções, metas e estratégias voltadas à educação de jovens e adultos privados de liberdade, buscando compreender seus avanços, limites e contradições.

A pesquisa parte da seguinte questão: de que modo o PNE (2014–2024) e os Planos Estaduais de Educação em Prisões da Bahia (2015–2018 e 2021–2024) dialogam entre si quanto às metas, estratégias e concepções para a educação prisional? Tem como objetivo geral analisar a relação entre o PNE e os PEEPs baianos, com foco na coerência das metas e estratégias, na aderência às diretrizes nacionais e na efetividade da educação como direito humano.

O estudo se fundamenta em autores que articulam educação, política e sistema penal, como Freire (1996, 1987), Baratta (2004, 2011), Foucault (2014), Onofre (2013, 2015, 2016), Di Pierro (2005, 2017), Julião (2009, 2016) e Pereira (2018, 2019, 2024). A perspectiva freireana orienta a compreensão da educação como prática de liberdade e ato



político. A criminologia crítica de Baratta e a sociologia da punição de Foucault e Wacquant ajudam a problematizar o cárcere como espaço de reprodução das desigualdades e de negação de direitos.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e analítico, que se apoia na análise de conteúdo (Bardin, 2016; Minayo, 2014) aplicada ao corpus composto pelo PNE e pelos dois PEEPs baianos. A análise categorial concentrou-se nas metas 8, 9 e 10 do PNE, que tratam da EJA e da educação profissional, com ênfase nas estratégias 9.8 e 10.10, referentes à educação em prisões. Foram estabelecidas categorias de análise relativas a coerência normativa, indicadores, intersetorialidade e mecanismos de monitoramento, buscando identificar a efetividade dos planos como instrumentos de gestão pública.

Os resultados evidenciam que, apesar de avanços discursivos entre o PEEP/BA 2015–2018 e o PEEP/BA 2021–2024, como a incorporação de princípios de intersetorialidade, gestão democrática e formação docente, os documentos mantêm carência de metas mensuráveis, ausência de indicadores e indefinição orçamentária. A inexistência de mecanismos de monitoramento sistemático e de avaliação de resultados impede o acompanhamento da execução das políticas. Dados da SEAP e do SENAPPEN (2025) reforçam o descompasso entre o planejamento e a realidade: a Bahia registra cerca de 5.512 pessoas privadas de liberdade matriculadas em turmas de EJA, o que representa 20,32% da população carcerária estadual, número que revela uma cobertura educacional ainda limitada frente às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014–2024) e às metas estabelecidas pelos próprios PEEPs. Considerando que a universalização do acesso à educação é um direito fundamental e uma meta estratégica para a ressocialização, o dado evidencia a persistência de barreiras estruturais, institucionais e pedagógicas à efetivação da política educacional no cárcere. A discrepância entre o contingente total de pessoas privadas de liberdade e aquelas efetivamente inseridas em processos educativos aponta para a fragilidade da articulação entre as secretarias de Educação e Administração Penitenciária, a insuficiência de infraestrutura escolar nas unidades prisionais e a precariedade das condições de trabalho docente, elementos que comprometem a materialização das metas previstas e reforçam a distância entre o discurso normativo e a prática cotidiana da educação em prisões na Bahia.

A análise comparativa demonstra que os PEEPs reproduzem as metas do PNE de forma declaratória, sem previsão de instrumentos operacionais ou de articulação efetiva entre SEC e SEAP, limitando-se a reafirmar princípios já consolidados em normativas nacionais. Há um evidente hiato entre o texto político e a prática institucional, revelando a permanência de uma educação mínima e assistencialista no interior das prisões, em dissonância com a concepção emancipadora de EJA.

Conclui-se que, embora os Planos Estaduais de Educação em Prisões da Bahia apresentem formalmente avanços na linguagem e na estrutura, eles permanecem fragilizados em sua materialidade política e pedagógica. Falta-lhes um compromisso real com o financiamento público, a valorização docente, a integração curricular e o acompanhamento sistemático de resultados. A educação prisional, assim, continua a operar sob a lógica da tutela e da disciplinarização, mais próxima de um discurso de contenção social do que de uma política de transformação.

O estudo reafirma a urgência de uma política pública intersetorial, permanente e humanizadora, ancorada em princípios freireanos de diálogo e emancipação, capaz de deslocar a educação prisional da esfera da excepcionalidade para a da normalidade



republicana — entendendo o direito à educação não como concessão, mas como expressão concreta da dignidade humana.

Palavras-chave: Educação em Prisões; Políticas Públicas; PNE; PEEP-BA; EJA; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional da Bahia. Salvador: Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2015.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Salvador: Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2021.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado. 2004. Disponível em:
<http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 25, n. 1, 2011. DOI: 10.21573/vol25n12009.19325. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19325>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, v. 31, n. 112, p. 939–959, jul./set. 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115–1139, out. 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. Tradições e Concepções de Educação de Jovens e Adultos. In: CATELLI JÚNIOR, R. (org.). Formação e Práticas na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Ação Educativa, 2017. p. 10–21.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 58–77, nov. 2001.

DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 761–785, jul. 2013.



DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de estado para a educação brasileira. Brasília, DF: INEP, 2016. DOURADO, L. F. O Plano Nacional de Educação 2025-2035 como política de Estado: desafios prementes para sua tramitação e materialização. Brasília, DF: Editora Anpae, 2025.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 74. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. 2009. 440 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? Cadernos Cedes, v. 36, n. 98, p. 25–42, jan./abr. 2016. DOI: 10.1590/CC0101-32622016162554. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4ghhtHm/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2025.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Sistema penitenciário brasileiro: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana (org.). Reflexões curriculares para a educação de jovens e adultos nas prisões. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. v. 1. 244. ONOFRE, Elenice Maria Carvalho. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Cadernos Cedes, v. 35, n. 96, p. 239–255, 2015.

ONOFRE, Elenice Maria Carvalho. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. Revista Polyphonia, Goiânia, v. 22, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rp.v22i1.21212. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/21212>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ONOFRE, Elenice Maria Carvalho; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, v. 38, n. 1, p. 51–69, jan. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.



PEREIRA, Antonio. A EJA no Plano Estadual de Educação em Prisões (2021–2024): metas e ações discordantes. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, v. 7, n. 13, p. 84–103, 2024. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/21848>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PEREIRA, Antonio. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 11, n. 24, p. 245–252, 2018. DOI: 10.20952/revtee.v11i24.6657.

Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/6657>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PEREIRA, Antonio. Os sujeitos da EJA e da educação social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Práxis Educacional*, v. 15, p. 273, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i31.4673.

PEREIRA, Antonio. Prática de EJA em prisões: um Prometeu acorrentado? *Revista de Educação Popular*, v. 21, p. 23–55, 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-63462.

PEREIRA, Antonio. *Pesquisa de intervenção em educação*. Salvador: EDUNEB, 2019.

PEREIRA, Antonio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 10, 2011. DOI: 10.14393/REP-2011-20214. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20214>. Acesso em: 14 ago. 2025

SAVIANI, Dermeval. *Da LDB (1996) ao novo PNE (2014–2024): por uma outra política educacional*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Plano Nacional de Educação: antecedentes históricos. In: *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.